

## CCJ aprova proposta de reeleição de presidente, governador e prefeito

*Comissão rejeita seis emendas que tratavam de referendo popular, desincompatibilização e proibição de reeleição para atuais ocupantes de cargos executivos. Matéria irá a plenário*

Por 19 votos a três, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) favorável à proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos. Foram votos vencidos os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A matéria irá agora a plenário para discussão e votação em primeiro turno.

A CCJ rejeitou, por larga maioria de votos, as seis emendas apreciadas em separado a partir de pedidos de destaque e que tratavam de referendo popular, desincompatibilização e proibição de reeleição para os atuais ocupantes de cargos executivos. No início da reunião, a comissão, presidida



Parecer de Francelino é aprovado na reunião presidida por Cabral

pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), rejeitou preliminar suscitada em voto em separado do senador Dutra que pretendia a remessa da proposta de reeleição à Comissão Espe-

cial da Reforma Político-Partidária.

Pelo texto aprovado, o mesmo votado na Câmara dos Deputados, o presidente da República, os governadores de es-

tado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido podem concorrer à reeleição, para um único período subsequente. De autoria do deputado Mendonça Filho, a emenda altera também a data das eleições para cargos executivos, fixando sua realização no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver.

Debateram a matéria os senadores José Eduardo Dutra, Ramez Tebet (PMDB-MS), Jefferson Peres (PSDB-AM), Antonio Carlos Valadares, Josaphat Marinho, José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Roberto Freire (PPS-PE), Esperidião Amin (PPB-SC), Sérgio Machado (PSDB-CE), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Elcio Alvares (PFL-ES).

## Orçamento: ACM quer melhor exame. Suassuna preside comissão

Na presidência dos trabalhos de instalação da Comissão Mista de Orçamento - que elegeu o senador Ney Suassuna seu novo presidente -, o senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Congresso Nacional, defendeu ontem a antecipação do envio da mensagem presidencial de encaminhamento do projeto de Orçamento Geral da União ao Congresso pelo Poder Executivo. Por dispositivo constitucional, o governo deve enviar a proposta orçamentária em até quatro me-

ses antes do exercício financeiro, ou seja, 31 de agosto.

Enquanto não for mudada a Constituição, Antonio Carlos Magalhães sugere que a comissão procure garantir, em relação ao Orçamento para 1998, uma antecipação consensual com o Executivo.

Em seu discurso de posse, Ney Suassuna sugeriu mudanças na Constituição para que o Orçamento passe a ser "lei determinativa, obrigando o Executivo ao seu fiel cumprimento". **Página 3**

## "Rodovia da morte" poderá ser duplicada

O plenário do Senado concedeu ontem autorização para que o governo federal tome um financiamento de US\$ 450 milhões junto ao Banco de Importação e Exportação do Japão para duplicar a rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis e recuperar a atual pista. A rodovia, conforme lembrou em plenário o senador Pedro Simon (PMDB-RS), é conhecida pela imprensa como "rodovia da morte", tal a precariedade da pista. Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que a duplicação "é uma reivindicação de décadas" das populações desses estados.

O plenário aprovou também a indicação presidencial para dois cargos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Arthur Barriounevo Filho foi eleito conselheiro, cargo para o qual foi reconduzido Paulo Dyrceu Pinheiro.

### Internet integra Congresso aos legislativos

Todas as casas legislativas estaduais e municipais serão ligadas pela Internet ao Congresso Nacional, anunciou a diretora-executiva do Prodasen, Regina Peres, durante palestra que proferiu no Congresso Nacional de Mulheres Eleitoras, encerrado ontem em Brasília. A medida, conforme disse, tem o apoio do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e do primeiro-secretário da Casa, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

A diretora do Prodasen destacou a importância da informática para o bom desempenho das tarefas das Secretarias de Comunicação Social, de Documentação e Informação, de Anais e das Consultorias do Senado, que, a seu ver, concentram e colocam à disposição do público os dados sobre os parlamentares e suas atividades.

# Plenário indica senadores para reuniões da Alca

Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Júnia Marise (PDT-MG), Regina Assumpção (PTB-MG) e José Serra (PSDB-SP) vão representar a Casa nos encontros de ministros de Comércio das Américas, de 13 a 17 do próximo mês, em Belo Horizonte, quando se continuará a discussão para que seja criada a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Os nomes foram designados ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assim que o plenário aprovou requerimento com essa finalidade.

O requerimento foi apresentado pelo senador Francelino Pereira e tramitou em conjunto com outra proposta, esta apresentada pela senadora Júnia Marise. Conforme a senadora, é importante a presença do Senado nos encontros de Belo Horizonte, porque ali representantes de 34 países latino-americanos darão novos passos para que a Alca seja implantada a partir do ano 2005. Já houve três encontros, também com a participação de empresários, realizados nos Estados Unidos e na Colômbia.

### Dutra cobra conselho de comunicação

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) cobrou ontem das lideranças dos partidos de sustentação do governo no Congresso a instalação do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Legislativo previsto pela Constituição.



Dutra

Em aparte, Artur da Távola (PSDB-RJ) apoiou Dutra dizendo que "a matéria não deixa bem o Congresso Nacional", que não pode abdicar de suas responsabilidades.

### Amorim aponta desvio de recursos

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que a bancada de Rondônia levou ao conhecimento do presidente Fernando Henrique Cardoso que os recursos destinados ao estado são sempre "desviados".



Amorim

Rondônia deveria estar tão desenvolvido quanto o Amazonas, mas as verbas são sempre roubadas. Parabenizo o governador Amazonino Mendes, que está desenvolvendo o Amazonas.

## Júnia destaca Congresso Nacional de Mulheres

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) registrou a realização, em Brasília, do Congresso Nacional de Mulheres Eleitoras, promovido pela Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil. Reunidas no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, representantes de todo o país discutiram, segunda-feira e ontem, "questões

relevantes, que envolvem o interesse coletivo".

O evento, segundo Júnia Marise, demonstra que as mulheres preparam-se para participar da vida política e eleitoral. Foram realizadas palestras sobre os três poderes republicanos e debates sobre "A mulher brasileira, seus direitos civis e políticos".

## Agenda do Dia

#### PRESIDENTE

##### Senador Antonio Carlos Magalhães

12h - Participa da reunião de líderes partidários e do governo na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional  
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

#### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se acordos internacionais diversos e as PECs nºs 1, 4, 11, 20, 65/95 e 7/97, que tratam da adoção de medidas provisórias.

#### COMISSÕES

- 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se a "PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa
- 10h - Comissão de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste  
Pauta: Exposição do ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, sobre a atuação de seu ministério na região Nordeste. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 128/95 (terminativo), que fixa programa de habitação para populações de baixa renda. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa
- 11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com a participação do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Paulo Geraldo de Oliveira Medina, que fará exposição sobre a PEC nº 54/95, que institui efeito vinculante de decisões sumuladas do STF. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

14h30 - Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: Discussão acerca dos trabalhos da comissão. Plenário II do Anexo II da Câmara dos Deputados

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1571/97, que dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao INSS

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Fiscalização e Controle  
Pauta: Plano de trabalho para o biênio 97/98. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

18h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Ofício "S" nº 28/97 (não terminativo), solicitação do governo do estado da Bahia para contratação de operação de crédito externo; e "PLC nº 42/95 (não terminativo), que dispõe sobre a apresentação de receita agrônomo para obtenção de financiamento agrícola.

## ORÇAMENTO

## Carlos Bezerra sugere discutir as prioridades



Bezerra

O relator-geral do Orçamento para 1997, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), fez ontem um balanço dos avanços realizados pela Comissão Mista de Orçamento, e sugeriu que, à semelhança dos parlamentares, os técnicos do Executivo também discutam as prioridades de aplicação dos recursos públicos com a sociedade e as autoridades públicas regionais.

Segundo Bezerra, as cinco reuniões regionais realizadas pela comissão no ano passado foram importantes na definição dos investimentos orçamentários federais e constituíram uma prática que, a seu ver, certamente será mantida pela comissão hoje instalada.

Outro avanço destacado pelo senador foi a criação de um comitê interativo entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Comissão Mista de Orçamento, com vistas a dar maior agilidade ao fornecimento de informações sobre a execução orçamentária.

Carlos Bezerra também defendeu mudanças no calendário de envio das propostas de lei orçamentária pelo Executivo, para que o Parlamento não tenha que "trabalhar de afogadilho" em matéria de tamanha importância.

Assim como o ex-presidente da Comissão Mista, deputado Sarney Filho, Carlos Bezerra salientou o nível de excelência da assessoria técnica de orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados.



Antonio Carlos Magalhães preside a sessão que elegeu Suassuna para a Comissão de Orçamento

## Suassuna preside Comissão Mista do Congresso e designa o relator

*Novo presidente quer mudar a Constituição, para que Orçamento deixe de ser só autorizativo e se transforme em lei determinativa*

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) foi eleito ontem, por aclamação, novo presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e, como primeiro ato, designou o deputado Aracely de Paula (PFL-MG) relator-geral do Orçamento para 1998.



Ney Suassuna

Os trabalhos da comissão foram instalados oficialmente pelo presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, na presença do ministro do Planejamento, Antônio Kandir.

Foram eleitos também os três vice-presidentes da comissão: 1º, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP); 2º, senador Jefferson Peres (PSDB-AM); e 3º, deputado João Passarella (PT-MG).

Em seu discurso de posse, Suassuna defendeu a "inevitável modificação do texto constitucional", para que o Orçamento deixe de ser meramente autorizativo e passe a ser "lei determinativa, obrigando o Executivo ao seu fiel cumprimento".

Para ele, o país mudou muito, e hoje a sociedade exige or-

çamentos realistas, além de participar efetivamente na definição de prioridades de aplicação dos recursos públicos.

- É preciso acabar com o entendimento de que o Executivo realiza o Orçamento de acordo com as necessidades de caixa do Tesouro - afirmou.

Suassuna enfatizou que é urgente a necessidade de atribuir ao Legislativo a co-responsabilidade pelo processo orçamentário e que, para tal, é preciso extirpar a prática do contingenciamento branco, em prol de uma execução equilibrada, com critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

## Arruda lembra que governo não fará cortes

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), lembrou que, na reunião ministerial de duas semanas atrás, o presidente da República e o ministro do Planejamento "fizeram questão de garantir que a contrapartida do Executivo ao fato de o Legislativo ter-se cingido aos limites de alteração da proposta orçamentária é que, este ano, o governo federal não fará cortes nem contingenciamento".

Conforme o senador, o programa de liberação bimestral de 85% das dotações no Orçamento significa um fortalecimento dos planos do governo.

Arruda considerou que, sob as presidências do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e do deputado Sarney Filho, a Comissão Mista de Orçamento realizou avanços importantes no âmbito de seus



Arruda

procedimentos internos e na transparência que imprimiu aos trabalhos de apreciação e emenda da proposta do governo. A título de exemplo, citou a prioridade concedida às emendas parlamentares coletivas, em detrimento

das individuais, e o fato de a comissão "ter se aproximado muito dos prazos constitucionais e regimentais".

## CPI DOS PRECATÓRIOS

# Ex-office-boys da corretora Split vão prestar depoimento

*Comissão decidiu também reconvocar para acareação Fausto Solano (Boa Safra), Ibrahim Borges (IBF) e Enrico Piccioto (Split)*

A CPI dos Precatórios aprovou ontem sete requerimentos, entre eles o que convoca para depoimento Alex Sandro Sá Teles dos Santos e Sandro Luis Cipriano, ex-office-boys da corretora Split DTVM.

Tendo trabalhado como mensageiros, eles deverão prestar à CPI informações para esclarecer as relações entre a Split e a IBF Factoring, uma das empresas de fachada que atuaram na compra e venda de títulos emitidos para pagamento de precatórios.

O requerimento foi apresentado por Roberto Requião (PMDB-PR), que pediu também a reconvocação de Fausto Solano Pereira (Banco Boa Sa-

fra), Ibrahim Borges Filho (IBF) e Enrico Piccioto (Split), para serem acareados perante os senadores. A CPI acha que eles mentiram em seus depoimentos.

Atendendo a requerimento de Romeu Tuma (PFL-SP), a comissão decidiu solicitar aos governadores e prefeitos que emitiram papéis para pagar precatórios que enviem cópia de todas as ordens de venda ou autorização de entrega de títulos.

A pedido de Emília Fernandes (PTB-RS), a CPI determinou a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das empresas Astra e Intervalores, bem como de seus diretores, sócios e agentes. Decidiu também con-

vocar o deputado estadual de Pernambuco Ozéas Moraes e sua mulher, Maria Paula Casé, para que esclareçam recebimento de um cheque da SMTJ. Wilson Kleinübing (PFL-SC) e Romeu Tuma foram designados para, com o apoio da Polícia Federal, tomar esses depoimentos.

Por iniciativa de Requião, a CPI também decidiu convocar o depoimento de Katsumi Kihara, diretor do Bradesco; Augusto Cesar Falcão de Queiroz, José Roberto Barbosa Peçanha, Antonio da Cunha Vilas Boas e Luiz Antonio Mora, diretores da Arjel DTVM, em liquidação extrajudicial, para prestar esclarecimentos.

## Governadores e prefeitos só serão convidados no final

A CPI dos Precatórios abriu sua reunião de ontem examinando requerimento em que Eduardo Suplicy (PT-SP) propunha que se convidasse agora para esclarecimentos governadores e ex-prefeitos que emitiram títulos para pagar débitos judiciais. A comissão decidiu que isso não será feito agora.

Na hora de votar o requerimento, o relator Roberto Requião (PMDB-PR) argumentou ser mais conveniente que, antes de convidados, governadores e prefeitos recebam um relatório preliminar dos trabalhos realizados. Em sua opinião, depois de receber o convite e esse pré-relatório, se a autoridade negar-se a comparecer à CPI, então deverá ser convocada. A idéia de Suplicy foi então aprovada, mas na forma sugerida por Requião.

## Ex-gerente do Telos é convocado a depor

A requerimento de Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI dos Precatórios decidiu ontem convocar Heitor Alves Barros, ex-gerente de Renda Fixa do Fundo de Pensão da Embratel (Telos), para prestar esclarecimento sobre a participação desse fundo na compra dos títulos emitidos no ano passado por Santa Catarina para o pa-

gamento de precatórios.

Ao depor no mês passado na CPI, o último presidente do Telos disse que Heitor Alves Barros foi quem orientou a compra desses papéis, tendo, logo após o negócio, pedido demissão. Ele informou também que Heitor Alves Barros se encontra em viagem de volta ao mundo.

## Bernardo Cabral repudia artigo sobre manipulação

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) repudiou ontem artigo do jornalista Alberto Dines, publicado na segunda-feira (dia 14) no *Jornal do Brasil*, que o acusa de ter manipulado gravação da TV Senado em uma reunião da CPI

dos Precatórios. Alberto Dines afirma que, na reunião do dia 4 de abril, Bernardo Cabral, presidente da comissão, e o relator Roberto Requião (PMDB-PR) o teriam ofendido, e que o diálogo desaparecera da gravação.

## CCJ debate hoje efeito vinculante

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida por Bernardo Cabral (PFL-AM), realiza hoje, a partir das 11h, mais uma audiência pública em torno da Proposta de Emenda Constitucional nº 54/95, de autoria de Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que institui o efeito vinculante de decisões sumuladas do Supremo. A audiência terá a participação do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Paulo Geraldo de Oliveira Medina, que fará exposição sobre o assunto.

## Novas regras para MPs vão a plenário

O plenário deve apreciar hoje substitutivo de José Fogaça (PMDB-RS) às propostas de emenda à Constituição que definem novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias. O substitutivo amplia de 30 para 60 dias a vigência da MP e prevê que, ao findar o prazo de tramitação da matéria, ela será colocada em regime de urgência na ordem do dia da Câmara ou do Senado. Determina ainda que o Executivo comunique ao Congresso 48 horas antes da publicação a adoção de MP.

## Bahia pode ter crédito externo

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), estará reunida hoje, a partir das 18h, devendo apreciar, entre outras matérias, solicitação do governo do estado da Bahia para que possa contratar operação de crédito junto ao Overseas Economic Cooperation Fund-OEC, no valor de R\$ 71 milhões, destinados a financiar programas de saneamento ambiental de Salvador e cidades do entorno da Bahia de Todos os Santos.

## ABUSO CONTRA CRIANÇAS



Marina Silva

## Marina considera comércio sexual "monstruosidade"

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse ontem que a reportagem apresentada no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, sobre prostituição infantil em Recife, Fortaleza e Tarauacá, no Acre, revelou "monstruosidades" que não podem passar em branco.

A seu ver, a degradação social, cultural e ética "só pode ser explicada pela falta de condições de sobrevivência", o que remete à "ausência de um plano de desenvolvimento regional".

Marina considerou "abominável" o comércio sexual com crianças, afirmando que a reportagem fortalece as inúmeras propostas que já surgiram no país para combater a prostituição infantil.

## CPI solicita fita da TV Globo para análise

A CPI do Congresso que investiga a exploração de crianças e adolescentes, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), acolheu ontem requerimento da deputada Célia Mendes (PFL-AC), relatora da comissão, solicitando à Rede Globo fita do *Jornal Nacional* da última segunda-feira, que divulgou matéria sobre prostituição infanto-juvenil no país. A fita foi considerada "pertinente para análise e discussão" pelos membros da CPI.

# Unicef pede punição aos que exploram mão-de-obra infantil

*Representante da entidade relata à CPI que 4 milhões de menores encontram-se nessa situação na zona rural e nas áreas urbanas*

O Congresso Nacional precisa criar um mecanismo capaz de coibir a mão-de-obra infantil e de acabar com a impunidade para a exploração da criança no país. A sugestão partiu do consultor do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, Benedito Rodrigues dos Santos, durante depoimento ontem perante a CPI do Trabalho Infantil.

A comissão, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), ouviu também o presidente do Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares de São Paulo. Em sua exposição, o dirigente sindical fez denúncias contra 11 lojas de uma cadeia de lanchonetes.

Coordenador da Seção Bra-



Representante do Unicef presta depoimento na CPI, presidida por Marluce

sileira da Defesa da Criança Internacional, Benedito Rodrigues iniciou seu depoimento informando que 4 milhões de menores, sendo 500 mil de cinco a nove anos de idade, estariam sendo explorados tanto na zona rural como nas áreas urbanas das pequenas e grandes cidades do Brasil.

O trabalho infantil separa o Brasil do arcaico e do moderno. É preciso coibir esse tipo de problema para que o país possa alcançar a moder-

nidade. O Congresso Nacional deve adotar um esquema de monitoramento, a fim de apurar quanto custa o trabalho do menor para o país - acrescentou.

Além de Marluce Pinto, participaram ainda dos debates as senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Emília Fernandes (PTB-RS), o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), a deputada Célia Mendes (AC), relatora da CPI, e o deputado Paulo Rocha (PA).

## Nabor denuncia prostituição infantil

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) fez ontem apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso, para que o Programa Comunidade Solidária, juntamente com o governo do estado e os prefeitos, possam atender às famílias carentes da cidade de Tarauacá, no Acre.

O senador disse que as denúncias sobre a prostituição infantil nessa cidade acreana "envergonha a to-

dos pela falta de capacidade de resolver esse problema grave que assola a sociedade brasileira".

O senador destacou notícia veiculada em segunda-feira (14), pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo, sobre a prostituição no Brasil, mostrando que meninas com idade entre 11 e 14 anos são prostituídas em várias cidades brasileiras, inclusive em Tarau-



Nabor Júnior

acá.

Segundo o senador, além do problema de cunho social, a prostituição infantil, no Acre, tem conotação de natureza econômica, porque o fim da extração da borracha deixou inúmeras famílias desempregadas e não há, no momento, suporte econômico nessa região para atender aos desempregados.

## MARCHA DOS SEM-TERRA

# Josaphat adverte: amanhã virão os sem-emprego

*Outros prejudicados pela política econômica do governo também poderão marchar para Brasília, caso não sejam adotadas providências em tempo hábil, adverte o senador*

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou ontem que os sem-terra vêm a Brasília "porque o governo não adotou providências a tempo para garantir a reforma agrária". E advertiu que "hoje são os sem-terra, e amanhã podem ser os sem-emprego e os comerciantes afetados pela política econômica".

- Se tivesse o governo agido a tempo, os sem-terra estariam produzindo em suas áreas, trazendo tranquilidade para o país. Note-se que eles vêm recebendo apoio das populações por onde passam, e isso o governo não pode desconsiderar. Mostra que o país quer solução para o problema da reforma agrária - assinalou.

Ao comentar a afirmação do presidente Fernando Henrique, de que a sociedade deve decidir se quer acelerar a reforma agrária e, para tanto, concordar ou não com novos impostos, Josaphat Marinho ponderou que quem quer a reforma não tem



Josaphat

como interferir no processo: "Cabe ao governo adotar mecanismos para reduzir as desigualdades sociais, mas, quanto à proposta de impostos para a reforma agrária, é bom lembrar que a Nação está sobrecarregada de impostos".

## Suassuna prega solução rápida para o problema

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que cabe ao governo federal fazer um esforço "envolvendo todos os ministérios e todos os recursos disponíveis para que o problema dos sem-terra seja equacionado o mais rápido possível". Ele sugeriu o atendimento dos sem-terra que estão nos assentamentos, através de um cadastramento nacional.

Segundo o senador, "basta haver vontade política" para resolver a questão dos trabalhadores sem-terra, porque há áreas disponíveis no país para assentamentos. Ele disse que "esse assunto serve apenas para a exploração de poucos e para a vergonha de muitos, porque o problema existe há 500 anos".

Na opinião de Suassuna, o cadastramento beneficiará os sem-terra e evitará que as pessoas beneficiadas hoje vendam a terra amanhã, iniciando nova caminhada pelo país.

- Urge o cadastramento e o atendimento rápido deste assunto para que o país possa se debruçar sobre a produção e possamos ter a paz social no campo. Se tivermos essas pessoas produzindo, não teremos os cinturões de miséria das grandes cidades - assinalou.

## Júnia diz que reforma agrária é urgente

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) reafirmou a "necessidade urgente e imperiosa" de uma reforma agrária no país, observando que "a sociedade brasileira está percebendo que esse governo faz de conta que quer fazê-la". Para a



Júnia Marise

senadora, é preciso assumir com responsabilidade esse projeto.

Júnia Marise disse que a Marcha dos Sem-Terra, além de trazer ao Brasil o "grito de socorro desses trabalhadores", quer mos-

trar ao país a necessidade imediata da reforma agrária. A senadora afirmou que, nos 500 anos da história do país, depois de vários episódios ocorridos na vida pública nacional, desde a instalação do Estado Novo à Revolução de 64, os trabalhadores do campo permanecem de mãos estendidas.

## TRABALHO



ACM recebe sindicalistas acompanhados de parlamentares

## CAS promove mais um debate sobre contrato temporário

Proseguindo as audiências públicas para instruir o projeto de lei sobre contrato de trabalho por prazo determinado, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ouviu ontem o diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), João Carlos Alexim, e o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Dejandir Dalpasquale. A reunião foi presidida pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Alexim ressaltou que a OIT

não costuma tecer comentários sobre assuntos internos dos países, e disse que o projeto constitui uma situação "atípica" para a entidade. Na opinião dele, o contrato de trabalho por tempo determinado pode até ser "válido", desde que garantidas as condições básicas de proteção do trabalhador: liberdade sindical, negociação coletiva, não constituir trabalho forçoso, garantias de segurança, proteção à saúde e não-discriminação.

## Bancário pede apoio para rever demissões no BB

Acompanhados de parlamentares do setor, sindicalistas bancários fizeram ontem um apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, no sentido de que interceda junto ao Banco do Brasil para rever a decisão de demitir 540 dos seus funcionários.

Os bancários estavam na companhia dos deputados Nelson Marchezan, José Pimentel, Paulo Bernardo e Saulo Queiroz, ex-funcionários do Banco do Brasil, e do deputado Válio dos Santos, que foi da Caixa Econômica Federal.

O senador Antonio Carlos Magalhães propôs a elaboração de um documento, a ser enviado ao ministro da Fazenda e ao presidente do BB, solicitando a suspensão do processo de demissões, até uma reavaliação da situação do banco.

## CENTENÁRIO DA ABL

# Senado homenageia Casa de Machado

Hollanda lembra escritor que "conseguiu superar obstáculos e vencer resistências" e reunir "a melhor nata de nossa elite pensante, para dar nascimento à imortal casa dos imortais"

O centenário da Academia Brasileira de Letras (ABL) foi comemorado ontem pelo Senado, em sessão especial presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães. Estiveram presentes à solenidade a presidente da Academia, Néliida Piñon, o secretário-geral, Arnaldo Niskier, e o diretor de Anais da instituição, Eduardo Portella, além de acadêmicos e embaixadores. O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, o senador e acadêmico José Sarney e Néliida Piñon também compuseram a mesa dos trabalhos.

A sessão foi requerida pelos senadores Joel de Hollanda (PFL-PE) e Gilberto Miranda (PFL-AM), e outros senadores. Primeiro orador da sessão, Joel



Hollanda discursa na sessão especial do Senado. À mesa, Néliida Piñon, ao lado de Antonio Carlos

de Hollanda lembrou que a ABL surgiu da idéia do escritor pernambucano Medeiros de Albuquerque de se criar um organismo que pudesse lutar pela preservação da língua e da literatura nacionais. Conforme garantiu, a materialização da proposta coube principalmente a Machado de Assis, que liderou

o movimento "com a sua reconhecida autoridade intelectual".

- Machado de Assis conseguiu superar obstáculos e vencer resistências. Aglutinou velhos e novos, republicanos e monarquistas, poetas e prosadores, a melhor nata de nossa elite pensante, para dar nascimento à

imortal casa dos imortais - afirmou o senador.

Depois de reportar-se às realizações da academia ao longo de um século de existência, Hollanda saudou Néliida Piñon, que, conforme disse, é a primeira mulher "talvez em todo o mundo a presidir uma academia de letras de âmbito nacional".

## Economia depende da cultura, ressalta ACM

Ao encerrar a sessão especial em homenagem ao centenário da Academia Brasileira de Letras, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que a economia de um país só será forte se estiver lastreada no desenvolvimento cultural. Para ele, a ABL "é a morada da cultura brasileira e a Casa maior da intelectualidade da América Latina".

Na opinião de Antonio Carlos Magalhães, "o governo que não der apoio às instituições culturais está fadado a não ser um bom governo, por maiores que sejam os seus êxitos na economia". Conforme destacou, ao longo dos cem anos da sua existência, a academia, a partir de seus membros, tem trazido grande

respaldo ao desenvolvimento do país.

O senador lembrou a contribuição oferecida por membros da ABL, como Machado de Assis, Rui Barbosa e Luiz Viana Filho, "a seu tempo, o maior biógrafo do Brasil". Antonio Carlos Magalhães também ressaltou os serviços prestados ao país pelo acadêmico e senador José Sarney, "que, além de ter feito uma grande presidência, é romancista consagrado".

O presidente do Senado esclareceu que o segundo orador convidado, senador Gilberto Miranda (PFL-AM), não conseguiu chegar a tempo de participar da sessão em função de problemas técnicos no voo que o traria a Brasília. Seu discurso, no entanto, será enviado à ABL e constará dos Anais da Casa.

## Néliida Piñon faz apelo em favor da defesa da língua portuguesa

A escritora Néliida Piñon, presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), disse ontem, na sessão especial do Senado, que "a linguagem portuguesa, tão maltratada neste Brasil contemporâneo e fugaz, é o maior legado da Nação". Por essa razão, ela conclamou o Senado, "Casa maior do Legislativo", a ser intransigente "na defesa de seu uso, pleno e fecundo".

Néliida Piñon acredita que o Senado pode desempenhar importante papel para evitar que a soberania da língua seja lesada em consequência do processo de globalização. Ela observou que o Senado sempre participou da vida da academia, não só por meio "das eminentes figuras que pertenceram ao mesmo tempo às duas instituições, como pelo apoio político e cultural que a Casa nunca negou à academia".

Nesse sentido, a presidente

da ABL lembrou que a palavra de Rui Barbosa "emergiu ao mesmo tempo cristalina e poderosa na tribuna do Senado e no pódium da academia". Piñon destacou que entre essa Casa do Legislativo e a academia sempre existiram semelhanças, pois enquanto "o Senado é o lugar onde se amortizaram os choques provenientes da prática democrática, a academia caracteriza-se por saber conciliar antagonismos e discrepâncias políticas e estéticas".

Néliida Piñon destacou que a ABL sentia-se orgulhosa por estar representada no Senado por José Sarney (PMDB-AP). Ela acrescentou que outros senadores foram acadêmicos e, entre eles, citou João Luís Alves, Roberto Simonsen, Lauro Müller, Octávio Mangabeira, Getúlio Vargas, José Américo de Almeida, Gilberto Amado, Luiz Viana Filho, Afonso Arinos e Darcy Ribeiro.

## Patrocínio reivindica apoio a agricultor

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu ontem que o governo federal encontre mecanismos para que os agricultores do estado do Tocantins possam saldar seus débitos junto ao Banco do Brasil. Segundo o senador, as enchentes que ocorreram no estado prejudicaram as principais lavouras da região, como a soja e o arroz, e os produtores não têm como pagar os financiamentos.



Patrocínio

## Quintanilha: obra beneficia Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou ontem que o Tocantins será o principal beneficiário da interligação dos sistemas de transmissão de energia elétrica de Furnas e Eletronorte. A decisão de construir um "linhão" interligando esses sistemas foi tomada pelo governo recentemente.



Quintanilha

Para Quintanilha, a nova rede de transmissão permite implantar uma infra-estrutura adequada à realização do potencial produtivo do Tocantins.

# Osmar condena a má destinação dos recursos públicos

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que, apesar de estarmos pagando 38% do PIB em impostos, esses recursos não estão voltando à sociedade de forma suficiente e adequada.

O senador informou que, de acordo com dados da FAO, de cada R\$ 100 destinados à educação pelo governo federal, apenas 30% chegam aos bancos escolares. Lembrou que o Brasil destina 1/3 do PIB para a educação. No entanto, 33% dos alunos do primário



Osmar Dias

repetiram este curso.

Osmar Dias disse, ainda, que os US\$ 92 que o país gasta por pessoa, ao ano, em saúde pública, estão bem abaixo do que aplicam outros países. O senador informou que, apesar de o governo já ter arrecadado mais de R\$ 500 milhões com a cobrança da CPMF, ele não conseguiu, junto ao Ministério da Saúde, recursos para o Hospital das Clínicas de Curitiba que, segundo denunciou, está agonizando.

## Plenário reverencia memória do ex-senador Eurico Rezende

O Senado vai inserir em ata voto de pesar e enviar condolências à família do ex-senador Eurico Vieira de Rezende, que faleceu dia 14. Requerimento nesse sentido, de iniciativa de Valmir Campelo (PTB-DF), foi aprovado ontem pelo plenário.

Valmir lembrou que Eurico Rezende destacou-se no Congresso Nacional pela vasta produção tanto no âmbito constitucional quanto na

área da legislação ordinária.

No encaminhamento da votação do requerimento, associaram-se ao voto de pesar os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Elcio Alvares (PFL-ES), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Gerson Camata (PMDB-ES), Josaphat Marinho (PFL-BA), José Sarney (PMDB-AP), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Edison Lobão (PFL-MA).

## Benedita cobra ajuda para Angola

Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que está na hora de o governo brasileiro transformar em programas de cooperação concretos as palavras e gestos em favor de Angola.



Benedita

Benedita saudou a instalação, no último dia 11, do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola, que pôs fim a uma guerra civil de quase 20 anos.

## Suplicy destaca ação da OAB

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem o registro, nos Anais, de duas ações diretas de inconstitucionalidade, uma delas com pedido de medida liminar, impetradas pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Ernando Uchoa Lima, junto ao Supremo Tribunal Federal.

Uma das ações pleiteia a inconstitucionalidade de vários artigos e incisos da Lei nº 8.031, de 1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização.



Suplicy

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, CARLOS PATROCÍNIO, NEY SUASSUNA E NABOR JÚNIOR

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júlia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -  
 Joel de Holanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)  
 - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos

**Diretor da Agência Senado** - José do Carmo Andrade

**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

**Diagramação** - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

**Revisão** - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.